1.8 — Autorizar o pagamento de ajudas de custo e o reembolso das despesas de transporte a que haja lugar relativamente a deslocações por si previamente autorizadas;

1.9 — Autorizar a aquisição de passes ou assinaturas de transportes públicos, quando daí resulte economia manifesta em relação ao regime de passagens simples;

1.10 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente necessária ao bom funcionamento dos serviços, com excepção da que for dirigida aos órgãos de soberania e respectivos titulares, incluindo tribunais e membros do Governo, direcções-gerais, inspecções-gerais, governadores civis, autarquias locais e institutos públicos, salvo situações de mero expediente.

2 — Competências específicas:

2.1 — Dirigir a acção inspectiva e fiscalizadora em matéria de cumprimento dos direitos e obrigações dos beneficiários e contribuintes, das instituições particulares de solidariedade social e outras entidades privadas de solidariedade social que exerçam a sua actividade de apoio social no âmbito geográfico da sua intervenção;

2.2 — Desenvolver acções de esclarecimento e orientação dos beneficiários e contribuintes acerca dos seus direitos e obrigações para com a segurança social, tendo em vista prevenir e corrigir a prática de infracções de vária índole;

2.3 — Verificar se os beneficiários reúnem os requisitos necessários à atribuição e à manutenção do direito às prestações;

2.4 — Participar e elaborar autos de notícia e participações às actuações ilegais dos beneficiários, dos contribuintes, das instituições privadas de solidariedade social e de outras entidades de apoio social sediadas na sua área de actuação;

2.5 — Efectuar a prospecção e o levantamento de estabelecimentos de apoio social clandestinos e a funcionar ilegalmente;

2.6 — Informar e esclarecer os proprietários e os utentes de estabelecimentos de apoio social quanto aos seus direitos e obrigações, de modo a prevenir e a corrigir a prática de infracções;

2.7 — Programar as acções de fiscalização e avaliar os seus resultados;

2.8 — Promover a adequada articulação entre o serviço de fiscalização que dirigem e outras entidades, cuja intervenção vise objectivos complementares;

2.9 — Coordenar e orientar a recolha e o tratamento de informação, nas vertentes estatística e de organização de ficheiros, para o apuramento de indicadores de gestão.

3 — A presente delegação de competências produz efeitos imediatos, ficando, por força dela e ao abrigo do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratificados todos os actos no entretanto praticados pelos dirigentes referidos que se situem no respectivo âmbito material e geográfico de aplicação.

17 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Edmundo Martinho*.

Despacho n.º 26 366/2005 (2.ª série). — Por despacho de 18 de Novembro de 2005 do Secretário de Estado da Segurança Social:

João Estácio Ribeiro da Cunha, técnico superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo — autorizado a regressar ao serviço, após situação de licença sem vencimento de longa duração. (Não carece de fiscalização prévia.)

21 de Novembro de 2005. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Nogueira de Lemos*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa

Despacho n.º 26 367/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de poderes.* — Nos termos dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes conferidos pelo n.º 2 do artigo 29.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 25.º, dos Estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 316-A/2000, de 7 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 112/2004, de 13 de Maio, e dos que me foram delegados pelo conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., através da deliberação n.º 1459/2005, de 10 de Novembro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 216, delego e subdelego no adjunto da directora do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa, licenciado António José Piedade Carmo, os poderes para despachar e decidir os processos nas áreas da Unidade de Enquadramento, Vinculação e Registo de Remunerações, Unidade de Previdência e Apoio à Família (com excepção do Serviço de Verificação de Incapacidades), Unidade de Administração, Unidade Financeira, Unidade de Sistemas de Informação e Núcleo de Planeamento e Estatística.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, ficando ratificados todos os actos praticados no seu âmbito pelo supracitado adjunto desde 2 de Novembro de 2005.

22 de Novembro de 2005. — A Directora, *Rosa Maria Pimenta Araújo*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 26 368/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 10.º e no n.º 1 do artigo 16.º dos Estatutos do Hospital Garcia de Orta, S. A., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 298/2002, de 11 de Dezembro, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de enfermeira-directora daquele Hospital, a licenciada Odília Maria Taleigo Neves, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

14 de Novembro de 2005. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Sinopse curricular

Nome — Odília Maria Taleigo Neves.

Data de nascimento — 17 de Abril de 1960.

Naturalidade — freguesia de Monte de Caparica.

Filiação — Amaro Jesus das Neves e Carolina Vitorino Taleigo.

Estado civil — casada.

Formação académica e profissional:

Licenciatura em Enfermagem, ministrada pela Escola de Enfermagem Artur Ravara. Início do curso em Outubro de 1978 e conclusão em Setembro de 1981;

Curso de especialização em Enfermagem Médico-Cirúrgica, ministrado pela Escola Superior de Enfermagem Maria Fernanda Resende, de Outubro de 1990 a Junho de 1992;

Mestrado em Comportamento Organizacional, realizado no Instituto Superior de Psicologia Aplicada, com início em Outubro de 1994 e concluído em Junho de 1997, após discussão da dissertação «Decisão — participação, uma dimensão crítica da liderança em enfermagem».

Experiência profissional:

Unidade de Urgência Médica do Hospital de São José — exercício de funções como enfermeira e enfermeira graduada na Unidade de Urgência Médica (UUM) do Hospital de São José, de 14 de Outubro de 1981 a Outubro de 1990; Serviço de urgência do Hospital de São José;

No dia 8 de Junho de 1992, após conclusão do curso de especialização, iniciou funções como enfermeira especialista no serviço de urgência;

Em Setembro de 1992, enquanto enfermeira especialista, foi-lhe delegada a responsabilidade de colaborar no planeamento, organização e funcionamento da sala de emergência do Hospital de São José e posteriormente a sua coordenação;

De Agosto de 1993 a Novembro de 1997, exerceu funções como enfermeira-chefe no serviço de urgência;

Coordenação do Gabinete de Colheita e Transplante do Hospital de São José — de Setembro de 1992 a Julho de 2000, coordenadora do Gabinete de Colheita e Transplante de Órgãos e Tecidos do Hospital de São José. Para o desempenho desta função, realizou o «Curso internacional de transplantes», que decorreu de 20 a 25 de Novembro de 1994, em Barcelona; Grupo coordenador da assistência médica da Expo 98 — de 19 de Novembro de 1997 a Dezembro de 1998, integrou o grupo coordenador responsável pela concepção e implementação da assistência médica na Expo 98;

Direcção dos Serviços de Enfermagem — de Janeiro de 1999 a Julho de 2000, exerceu funções como enfermeira-adjunta da enfermeira-directora no Hospital de São José;

Observatório Regional de Lisboa e Vale do Tejo — de Fevereiro de 2001 a Setembro de 2002, esteve em regime de requisição, a exercer funções como coordenadora do Observatório Regional de Lisboa, na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;

Supervisão dos serviços de enfermagem — em Outubro de 2002, tomou posse como enfermeira-supervisora do Hospital de São José;